

Pequena biografia política de Guimarães Rosa

[Brief political biography of Guimarães Rosa

Gustavo de Castro¹

Andrea Jubé²

Este artigo integra pesquisa financiada pelo Edital 04/2021 da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), Processo SEI: 000193-00001134/2021-24, e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO • Este artigo investiga a biografia política de João Guimarães Rosa (1908-1967) a partir da hipótese de Willi Bolle (2004) de que o escritor seria “politicamente reacionário”. Analisamos entrevistas, material de arquivo, cartas e jornais para demonstrar as relações da família Guimarães e do autor com partidos, personalidades políticas e seu apoio ao golpe de 1964. Nossa conclusão é de que a visão de mundo do escritor aproxima-se do conservadorismo político. • **PALAVRAS-CHAVE** • Guimarães Rosa; biografia política; cultura brasileira.

• **ABSTRACT** • This article investigates the political biography of João Guimarães Rosa (1908-1967) based on Willi Bolle's (2004) hypothesis that the writer was “politically reactionary”. We analyzed interviews, archival material, letters and newspapers to establish Guimarães' and his family's links to political parties, personalities and his support for the 1964 coup. Our conclusion is that the writer's viewpoint is close to conservatism political position. • **KEYWORDS** • Guimarães Rosa; political biography; Brazilian culture.

Recebido em 25 de julho de 2022

Aprovado em 19 de dezembro de 2022

CASTRO, Gustavo de; JUBÉ, Andrea. Pequena biografia política de Guimarães Rosa. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 84, p. 78-98, abr. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i84p78-98>

1 Universidade de Brasília (UnB, Brasília, DF, Brasil).

2 Universidade de Brasília (UnB, Brasília, DF, Brasil).

O escritor João Guimarães Rosa (1908-1967) era um homem elegante e discreto. Alto, imponente, trajava ternos bem cortados, colarinhos impecáveis, arrematados pela indefectível gravata borboleta. Certa vez, revelou um traço de sua personalidade em um singelo comentário sobre o adereço: “É uma bobagem, mas tenho a impressão de que estou atrás da gravata, escondido. Que ela é um escudo para mim” (apud GUIMARÃES, R., 1956).

Se era introspectivo, era igualmente zeloso de sua discrição por dever de ofício. “Sofro de uma deformação profissional, o hábito de não deixar transparecer o que sinto. [...] Lá, na Alemanha, em Paris, ou num longe qualquer, era preciso cuidado com o que se dizia” (apud GUIMARÃES, R., 1956), complementou, na mesma entrevista publicada na revista *Manchete*.

As referências à Alemanha e a Paris se devem aos postos onde serviu na carreira de diplomata, iniciada com a aprovação no concurso do Itamaraty em 1934³. Na qualidade de servidor público do Ministério das Relações Exteriores, evitava emitir opiniões ou deixar transparecer seu posicionamento sobre a conjuntura política do país e sobre o cenário internacional.

Foi o que esclareceu certa feita em carta ao jornalista e escritor Álvaro Lins, na qual se mostrou profundamente contrariado com uma reportagem do suplemento Letras e Artes de *A Manhã*, publicada em 5 de fevereiro de 1950, que o constrangeu perante o Itamaraty. Rosa observou ao amigo que, na condição de diplomata, sabia como, e por quais razões, deveria ser discreto na vida profissional:

Você sabe que eu já nasci com cadeado na boca, e que voluntariamente não me exponho, a não ser por deliberado projeto [...] Um dos meus mais firmes princípios é justamente o de nunca ofender coletividades, agrupamentos humanos, ou classe. Como funcionário diplomático, sei como e por que e para que se guarda reserva, profissionalmente. (ROSA, 19 fev. 1950).

Na conhecida entrevista ao crítico alemão Günter W. Lorenz, durante o Congresso

3 Guimarães Rosa foi cônsul-adjunto em Hamburgo, na Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial, de 1938 a 1942. Anos depois, serviu na Embaixada do Brasil na França, em Paris, de 1948 a 1951.

de Escritores Latino-Americanos, em Gênova, em janeiro de 1965, Guimarães Rosa observou que um escritor não deveria se ocupar de política porque o seu compromisso primordial deveria ser com a matéria humana:

Sua missão é muito mais importante: é o próprio homem. Por isso a política nos toma um tempo valioso. Quando os escritores levam a sério o seu compromisso, a política se torna supérflua. Além disso, eu sou escritor, e se você quiser, também diplomata; político nunca fui. (ROSA, 1965, p. 318).

No transcórre da entrevista, JGR teceu críticas aos políticos profissionais e ressaltou que não era um “homem político, justamente porque amo o homem” (ROSA, 1965, p. 333). Na sequência, o crítico alemão questionou se foi esse amor aos homens que o levou “a se arriscar perigosamente, arrebatando judeus das mãos da Gestapo” (ROSA, 1965, p. 333). O escritor negou, ponderando que agiu daquela forma no pleno exercício de sua função consular:

Foi alguma coisa assim, mas havia também algo diferente: um diplomata é um sonhador e por isso pude exercer bem essa profissão. O diplomata acredita que pode remediar o que os políticos arruinaram. Por isso agi daquela forma, e não de outra. E também por isso gosto muito de ser diplomata. E agora o que houve em Hamburgo, é preciso acrescentar mais alguma coisa. Eu, o homem do sertão, não posso presenciar injustiças. No sertão, num caso desses imediatamente a gente saca o revólver, e lá isso não era possível. Precisamente por isso idealizei um estratagema diplomático, e não foi assim tão perigoso. (ROSA, 1965, p. 334).

Guimarães Rosa não tergiversou ao responder que exerceu o ofício consular na concessão de vistos para judeus imigrarem ao Brasil. Um estudo dos professores Fabio Koifman e Rui Afonso buscou demonstrar a legalidade dos vistos concedidos pelo consulado do Brasil em Hamburgo no período imediatamente posterior à “Noite dos Cristais”, entre novembro de 1938 e março de 1939. Nessa ocasião, o cônsul-geral era Joaquim Antônio de Souza Ribeiro (1883-1962), e tinha JGR como cônsul-adjunto.

Com base na revisão da legislação e documentos oficiais, os autores afirmam que essas autorizações de saída de judeus da Alemanha seguiram a prática consular regular e as regras do governo brasileiro. Eles sustentam que o Brasil mantinha uma política imigratória de inspiração eugenista, mas com brechas para o ingresso no país de perfis que fossem de interesse nacional, “que tivessem condições de realizar transferência de um montante de capital elevado, ou que tivessem comprovada formação acadêmico-científica” (KOIFMAN; AFONSO, 2021, p. 131).

Os autores acrescentam que houve uma flexibilização dessa política com a assunção do ministro Oswaldo Aranha (1894-1960) à chefia do Itamaraty, em março de 1938, quando foi editada a norma que ficou conhecida como “Janela Aranha”. A nova regra permitiu a concessão de vistos a cônjuges ou parentes consanguíneos até o segundo grau de pessoas residindo legalmente no Brasil, beneficiando várias famílias de judeus: “os vistos temporários concedidos em todos os consulados brasileiros, nos últimos meses de 1938, seguiram rigorosamente a legislação e as instruções ministeriais vigentes” (KOIFMAN; AFONSO, 2021, p. 136).

Dessa forma, a pesquisa de Koifman e Afonso nos leva a acreditar que, ao afirmar

a Lorenz que “não foi assim tão perigoso” (ROSA, 1965, p. 334) ajudar os judeus a imigrarem para o Brasil, porque seguiu um protocolo diplomático, Guimarães Rosa referia-se à legalidade dos vistos emitidos no consulado onde servia⁴. Em paralelo à preocupação em preservar-se profissionalmente, era característica do escritor a forma de agir na discrição, o jogo de silêncios até entre os mais próximos. Rosa chegava ao ponto de não apresentar os amigos uns aos outros no próprio Itamaraty, como constatamos em entrevista com Alberto da Costa e Silva (2018), que desconhecia que o mineiro era compadre do embaixador Antônio Azeredo da Silveira (1917-1990).

Discreto na vida pessoal, e também por dever de ofício, Rosa buscou os caminhos sinuosos das cartas pessoais e da literatura para manifestar sua visão política sobre os fatos nacionais. Ao nosso ver, ele construiu uma blindagem privativa e outra artística a fim de se expressar politicamente com segurança. Essa é a percepção de Heloísa Starling (1999, p. 13) quando afirma que o romance *Grande sertão: veredas* (GSV) representa uma “síntese do universo ficcional de Guimarães Rosa e de seu projeto literário: a surda tentativa de iluminar uma visão do Brasil e convertê-la em palavras”. Ainda segundo a autora, nesse romance, Guimarães Rosa recriou sucessivas visões políticas do interior do Brasil, “tentativas de transformação de uma comunidade territorial, linguística, étnica ou religiosa numa forma de vida política duradoura, por meio da contemplação espantada de um mundo arcaico, longínquo, fechado sobre si mesmo, supostamente imóvel e mítico do Sertão” (STARLING, 1999, p. 13).

Willi Bolle notou o viés político em GSV e identificou no romance a denúncia da falta de diálogo social, a começar pelo fio condutor da narrativa, que contrapõe um raro e difícil encontro na sociedade brasileira: de um lado, um sertanejo e, do outro, um ouvinte letrado. Em paralelo, desfiam-se os dramas pessoais dos moradores, de chefes políticos e jagunços. Bolle (2004, p. 23) faz uma leitura do romance como um “retrato do Brasil”, sublinhando que alguns leitores podem estranhar o “confronto de uma obra-prima da literatura com os problemas políticos e sociais do país”.

Na avaliação do professor da Universidade de São Paulo, a leitura política do GSV foi negligenciada durante várias décadas porque a recepção crítica, no período de 1950 a 1990, privilegiou análises existenciais, esotéricas e metafísicas, fomentadas inclusive por declarações do próprio Rosa nesse sentido (BOLLE, 2004, p. 25). Ele acrescenta que o longo período da ditadura militar (1964-1985) foi propício para um “aniquilamento do *ethos* histórico” do romance, porque

[...] houve durante muito tempo uma certa acomodação da crítica e do público diante do “grande autor”, no que pesou também a dificuldade de leitura da obra. De acordo com uma fórmula, da qual talvez não exista registro escrito, mas que circulou entre os comentaristas, Rosa era um revolucionário da linguagem, mas “politicamente reacionário”. (BOLLE, 2004, p. 25).

4 Koifman e Afonso (2021, p. 128) ressaltam que a história e a memória atribuem a Aracy Moebius de Carvalho (1908-2011), secretária consular, que se tornaria esposa de JGR, a concessão de vistos irregulares para ajudar judeus a escaparem do nazismo. Mas ponderam que o livro *Justa. Aracy de Carvalho e o resgate de judeus: trocando a Alemanha nazista pelo Brasil* (2011), da historiadora Mônica Schpun, dedica ao tema da concessão dos vistos em Hamburgo “espaço relativamente modesto” (KOIFMAN; AFONSO, 2021, p. 128).

Ecoando a afirmação de Bolle, Kathrin Rosenfield (2006, p. 112) alude ao conservadorismo que comumente se atribuía a Guimarães Rosa: “De fato, a reputação de político conservador, que, apesar de suas inovações artísticas, paira sobre Rosa não é muito alheia à fama de Dostoiévski”.

Todavia, se por dever de ofício o diplomata se empenhou em não deixar transparecer o seu posicionamento político, qual o motivo de classificarem-no como “politicamente reacionário” ou “conservador”? Embora Bolle (2004) suspeite da inexistência de “registro escrito” das convicções políticas de Rosa, entendemos que a reunião de dados biográficos, confrontados com entrevistas, documentos pessoais, cartas a Pedro Moreira Barbosa (1907-2001) e ao embaixador Azeredo da Silveira e depoimentos de amigos, nos autoriza a identificar uma aproximação do autor com o conservadorismo político.

Nossas inferências estão baseadas em dados do arquivo pessoal do autor no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP); na leitura de 105 cartas no Arquivo Público Mineiro (APM), em Belo Horizonte, entre Rosa e Pedro Barbosa e das 24 cartas trocadas com o embaixador Azeredo da Silveira; na análise da árvore genealógica da família Guimarães, e na conjuntura política da época. Nossa hipótese aponta para o fato biográfico de Guimarães Rosa ter uma visão mais próxima da conservadora em relação à política partidária e aos governos. Como se verá acerca da questão política, ele não deixou de ser também ambíguo, e muitas vezes dissimulado, devido ao “hábito de não deixar transparecer” o que sentia; e, noutras vezes, de atuar a favor dos amigos, independentemente do matiz ideológico.

O GRANDE SERTÃO DOS GUIMARÃES

A região de Cordisburgo (MG), a cerca de 120 quilômetros de Belo Horizonte, era território dos Guimarães havia muito tempo. No início do século XIX, ela pertencia à fazenda Saco dos Cochós, próxima a Curvelo, local de passagem de boiadas, trânsito para o nordeste, o noroeste e o sudeste mineiros. Tripla encruzilhada na qual os vaqueiros e suas boiadas aportavam e paravam para abastecer os rebanhos de sal.

O antigo dono daquelas terras possuía um círculo de fazendas, incluindo aí certa Fazenda do Melo. Descobriu-se na época que seu dono sonegava o quinto imperial e, conforme a pena aplicada à época para esses casos, seria levado a julgamento. Em uma audiência em Lisboa com a imperatriz Maria I, a “rainha louca”, o sonegador soube que um prelado católico determinaria a sentença. Ficou decidido que o réu repartiria as terras em cinco: uma parte ficaria para o antigo proprietário, para que seus descendentes não ficassem despossuídos; três partes ficariam para a igreja, e a quinta parte seria da Coroa Imperial, como pagamento da dívida. Esse imenso território, a Fazenda do Melo, foi então loteado em 62 grandes fazendas.

A grande região do Saco dos Cochós, portanto, se subdividiu em propriedades, algumas delas sendo adquiridas pelos antepassados de Guimarães Rosa. Assim, seus avós e tios-avós, primos de primeiro, segundo e terceiro grau, próximos e distantes, tornaram-se donos dessas terras e as negociaram entre eles, junto às suas lavouras e gado. Uma cópia da inscrição dos eleitores da comarca de Sete Lagoas, datada de

1904, registra Nhô Chico (Francisco de Assis Guimarães, bisavô do escritor) como “lavrador”, 60 anos. A partir do que podemos deduzir da pesquisa de Alcântara (2020), Nhô Chico casou-se duas vezes, a primeira com Graciana Teixeira Lomba, com quem teve Luiz de Assis Guimarães, avô de JGR. Na segunda vez, contraiu matrimônio com Carlota Pereira da Silva, com quem teve quatro filhos: Adonias, Laudônio Lindolfo, Maria Francisca e Petrina.

Somaram-se à grande fazenda de Nhô Chico, a “Três Barras”, considerada pelo próprio Guimarães Rosa como a “Sesmaria dos velhos Guimarães” (ROSA, 2003, p. 138), e outras fazendas, adquiridas por seus descendentes: a Fazenda da Onça, de Laudônio Lindolfo; a Fazenda Serandy, de Adonias; a Fazenda da Chácara, de Luiz Guimarães; a Fazenda do Saco da Pedra, de Petrina Guimarães (casada com Vital Ribeiro dos Reis); e, por fim, as fazendas São Francisco e Algodão, de Maria Francisca Guimarães (casada com Antônio Moreira).

Maria Francisca e Antônio Moreira eram os pais de Francisco Guimarães Moreira, que, no futuro, herdaria as terras e ficaria próximo de JGR por vários motivos: seria dele a boiada que Rosa ajudaria a conduzir, entre a região de Três Barras e a Fazenda São Francisco, em maio de 1952. Chico Moreira, como todos o conheciam, foi quem contratou e colocou o apelido de Manuelzão em Manuel Nardy (1904-1997), o capataz que traçou o percurso da viagem com a boiada, acompanhado de Rosa. Manuelzão inspirou o protagonista e o enredo de “Uma estória de amor”, uma das novelas de *Corpo de baile* (1956) (ROSA, 2006, p. 135).

Outra fazenda que fazia limite com as terras dos Guimarães, na cidade de Caetanópolis, era a Pindaíbas, de Joaquina Cândida Moreira, irmã de Antônio Moreira e casada com Américo de Souza Barbosa. Joaquina e Américo eram pais de Pedro Moreira Barbosa, que se tornaria um dos amigos mais próximos de Rosa. Joaquina inspiraria no futuro a personagem Rosalina, do conto “A estória de Lélío e Lina” (ROSA, 2006, p. 247), também de *Corpo de baile*. Na fazenda Pindaíbas, Rosa veria a produção de polvilho, dedicando a tal atividade o conto “Substância”, de *Primeiras estórias* (1962) (ROSA, 2001, p. 175). Ali também conheceria o empregado Mechêu, a quem dedicaria um conto, baseado em relatos de Pedro Barbosa, e seus familiares, e que seria publicado em *Tutameia* (1967) (ROSA, 2009).

Assim, Joaquina e o marido Américo eram igualmente grandes proprietários rurais. Além da Pindaíbas, comprariam anos mais tarde a fazenda Pontinha, parte do antigo quilombo de Chico Rei⁵, e deixariam tudo para o filho Pedro Moreira Barbosa, que, além de amigo e primo em segundo grau, se tornaria sócio e confidente epistolar de Rosa, conforme veremos adiante.

Encontramos também o avô materno do escritor, major Luiz Guimarães – pai de Francisca Lima Guimarães (dona Chiquitita) –, como relevante chefe político local: vereador especial e oficial superior da Guarda Nacional de Sete Lagoas. Conforme apurou Alcântara (2020), a partir de notas publicadas no jornal *O Reflexo*, de Sete

5 Francisco Rei teria sido um monarca africano nascido no Congo, que chegou ao Brasil como escravo em 1720, sendo levado para Vila Rica. Ali, comprou sua liberdade, a do filho, comprou a mina Encardideira, fundou uma Irmandade em honra a Santa Efigênia, a primeira de negros livres de Vila Rica, onde ergueram a igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Lagoas (MG), na primeira década do século XX, uma denúncia anônima associa o avô de Rosa à prática do coronelismo: o chamado “voto de cabresto”, em que o chefe político exerce controle sobre a preferência eleitoral dos cidadãos daquela região. Segundo a publicação, o major Luiz Guimarães estaria oferecendo água potável e a construção de uma escola em troca de votos. *O Reflexo*, entretanto, sai em defesa do Major: “homem sério e digno” (ALCÂNTARA, 2020, p. 42-43).

Se apostava em uma postura de comedimento, sobretudo ao não se expressar publicamente sobre temas políticos, Rosa redobrava a cautela no tocante à sua genealogia. Além de uma ancestralidade ligada ao latifúndio, do avô major envolvido com a política partidária e eclesial, seu pai, Florduardo Pinto Rosa, foi líder comunitário, vereador especial de Cordisburgo (MG) – terra natal do escritor – e juiz de paz.

Na família Guimarães também houve um senador da República: o advogado João Lima Guimarães (1893-1960), tio do escritor, que exerceu o mandato de 1955 a 1960, quando faleceu em Brasília (DF). Antes, havia sido deputado estadual, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e vereador em Curvelo. Era o primogênito entre os varões do major Luiz, casado com Carlota Moreira, irmã de Chico Moreira, e irmão da mãe de JGR.

O PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO

Até onde sabíamos, Guimarães Rosa transitava no meio político, frequentava rodas de poder, mas não tinha vínculos com partidos. Entretanto, por indicação de Alcântara (2020), obtivemos junto à Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais a reprodução de uma convocação do Partido Republicano Mineiro (PRM) aos sócios da agremiação (Figura 1), onde consta o nome do escritor. Fundado em 1888, o PRM abrigava as mais expressivas lideranças políticas de Minas Gerais, e era a principal legenda conservadora de espectro político de direita dos anos da Primeira República.

então com 21 anos, desponta em uma lista com dezenas de outros. O ato é assinado pelo diretor da seção eleitoral do partido, o advogado Muciano Ministério (PARTIDO Republicano..., 1929).

A convocatória do PRM sugere, se não um vínculo político direto, ao menos interesse e proximidade do autor de *Grande sertão: veredas* com a principal legenda política daqueles anos⁶. Conforme nossa pesquisa, tal vínculo já existia entre seus parentes. Rosa tinha 7 anos, em 1915, quando viu o avô fazer um discurso “em nome do povo”, na visita do governador Delfim Moreira, do PRM, a Cordisburgo e à Gruta de Maquiné (ALCÂNTARA, 2020, p. 61). A visita era uma primeira tentativa de transformar a Gruta em centro de visitação turística.

Nesse evento, segundo a *Gazeta de Paraopeba*, edição de 16/11/1915, na comitiva do governador (que na ocasião era chamado de “presidente de Estado”), estavam prefeitos da região, militares, procuradores, engenheiros, deputados, ajudantes de ordens e três filhos do major Luiz Guimarães: Nestor, Luiz Filho e José (Juquita). Eles acompanhavam Delfim Moreira desde Belo Horizonte, o que sugere uma relação anterior entre os Guimarães e o PRM. Segundo o jornal: “Após ligeiro descanso, foi servido magnífico almoço. À sobremesa, o senhor major Luiz Guimarães, em nome do povo, saudou o Presidente do Estado” (apud ALCÂNTARA, 2020, p. 63).

Muitos outros dados reforçam os indícios de que JGR nutria, ao menos, uma simpatia pelas lideranças do PRM. Quando servia como capitão-médico lotado na 9ª Brigada de Infantaria em Barbacena (MG), escreveu uma carta aos pais revelando a satisfação com a “amizade” mantida com Bias Fortes: “o clima agora está adorável – nem frio nem calor. A política é que cada vez se torna mais exaltada e violenta. Quanto a mim, estou em ótimas relações de amizade com o Dr. Bias Fortes, que é muito falado para a Secretaria do Interior” (ROSA, 2014, p. 210).

Trata-se de José Francisco Bias Fortes (1891-1971), expoente da política mineira e do PRM. Anos depois, ele fundaria o Partido Social Democrático (PSD), sigla que abrigaria Juscelino Kubitschek (1902-1976) (PANTOJA, s. d.). A carta aos pais foi escrita em 1933, com o estado de Minas Gerais egresso de duas revoluções: de 1930, em que os mineiros se aliaram aos gaúchos e aos paraibanos para depor o presidente Washington Luís (1869-1957); e 1932, em que os mineiros voltaram ao *front* para refrear o avanço dos paulistas na Revolução Constitucionalista.

Em dezembro de 1957, em outra carta endereçada aos pais, Rosa expressou admiração por João Pinheiro (1860-1908), outro político ligado ao PRM. Um dos motivos era a terra natal: Serro, cidade vizinha a Caeté, onde nasceu o pai do escritor, Florduardo. Rosa comenta que cogitava escrever um “ensaio biográfico” do político. “O senhor se lembra de alguma coisa especial, a respeito do João Pinheiro? Talvez eu ainda venha a escrever um ensaio biográfico do mesmo; nesse caso, se tiver de

6 O cientista político e pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Jairo Nicolau, nos explicou que, em 1929, não existia uma ligação formal das pessoas aos partidos políticos, assim como não havia a ideia de militante. A filiação às agremiações é algo que se estabeleceu, oficialmente, a partir dos anos 1980. Por isso, a ideia de sócio é informal, e não devia haver em todos os estados. Assim, tudo indica que Guimarães Rosa deveria ter algum vínculo com o PRM.

escrever (o que ainda não tenho certeza se farei ou não), então iria primeiro dar uma espiada em Caeté, e outra no Serro” (ROSA, 2014, p. 260).

João Pinheiro foi um dos fundadores do PRM. Deputado constituinte em 1890, vereador em Caeté, em 1906, elegeu-se presidente de Minas Gerais (CPDOC/FGV). No jornal *Minas Geraes*, encontramos uma menção (por ocasião da consagração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário), nos dias 22 e 23 de julho de 1907, a João Pinheiro em visita ao arraial em que nasceu JGR. Segundo o periódico, o major Luiz Guimarães fazia parte da comissão de boas vindas a Pinheiro (apud ALCÂNTARA, 2020, p. 32).

JOÃO NEVES, GETÚLIO E JUSCELINO

Muito além dos laços políticos familiares, a aproximação de Guimarães Rosa do mundo político aprofundou-se com o ingresso do escritor na carreira diplomática em 1934. Nesse ambiente, tornou-se amigo próximo do gaúcho João Neves da Fontoura (1887-1963), ministro das Relações Exteriores de dois governos, deputado federal, e um dos protagonistas das revoluções de 1930 e 1932. Rosa foi chefe de gabinete de Neves, quando este foi chanceler do presidente Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), de fevereiro a julho de 1946, e reassumiu o posto quando Neves retornou ao comando da pasta sob Getúlio Vargas (1882-1954), exercendo a função de janeiro de 1951 a junho de 1953.

Sabemos, por depoimento de uma das filhas do diplomata, Vilma Guimarães (2014, p. 558) – de quem João Neves era padrinho de casamento –, que seu pai e o chanceler subiam a serra de Petrópolis todas as terças-feiras para despachar com Getúlio no Palácio Rio Negro. JGR era admirador de Getúlio, a quem chamava na intimidade de “Gegê”. O professor Luiz Roncari (2018, p. 116), da Universidade de São Paulo (USP), viu em um dos personagens de *Grande sertão: veredas* (1956) uma homenagem do escritor a Vargas: “No nome do fazendeiro, Josafá Jumirol Ornelas, ressoa justamente o sobrenome materno de Getúlio Dornelles Vargas, segundo o dominante feminino no lugar, maior do que no sertão bravo”.

Após o suicídio de Vargas, em 11 de outubro de 1954 – dois anos antes do lançamento do romance –, JGR escreveu uma carta a Azeredo da Silveira, que vivia em Madri, lamentando o “terrível”, “o tremendo agosto”:

E aquele fim, absurdesco? Um capítulo final que dificilmente se adapta à história do homem, parece posticho, apócrifo, espúrio. Se fosse um romance escrito, Você não acha que a crítica malharia o autor, pela inverosimilhança do fecho, inverosimilhança tanto no plano da arte quanto no plano da vida? Ainda dias antes, dizia o [Carlos] Calero [Rodrigues]: – “Ao Getúlio falta o sentido do dramático, que em geral nunca falta nos homens de Poder...” E não era? Getúlio, para nós, durante 20 anos, e desde 1930, era: Gegê, o “Velho”, o “Velhinho”, aquele charme, o charuto, o despistamento, o humor, dominador, o deixa-como-está-para-ver-como-fica, o “Ele”, o “Tenha calma, Gegê”, o “Homem”, etc. etc. Sair, à força, já saíra uma vez; até isso! E, de repente, a tragédia. Em pijama. E tome-se carta, e bilhete, e delírio reivindicador, cristomania... O que ele destruiu foi uma lenda, um personagem esplêndido, uma grande figura,

uma *Weltanschauung*, uma filosofia-de-vida... Lástima. Não, já não escreverei mais sua biografia. Ele virou paraguaio; perdeu-se, no final. (ROSA, s. d., p. 34).

Se com Vargas, Rosa teve uma ligação protocolar, mediada por João Neves, com Juscelino Kubitschek, suas relações eram de intimidade. Ambos compartilharam viagens (ao menos três verificáveis no arquivo do IEB/USP para a Brasília em construção, em 1956, 1957 e 1958), almoços no Palácio do Catete, e aconselhamentos. Rosa, invariavelmente, era convidado para almoçar com JK no palácio:

O grande espetáculo para nós, no restaurante [O Bife de Zinco, do Itamaraty], ocorria quando se ouvia o telefone e o gerente anunciava “telefone da presidência da República para o embaixador Guimarães Rosa”. Na linha, o chefe do Protocolo do Catete avisando que um carro da Presidência estava a caminho, a fim de apanhá-lo, a ele, Rosa, para almoçar com Juscelino Kubitschek. Isso ocorria sempre que Juscelino iria almoçar sozinho, e o menu do dia se compunha de tutu à mineira. (CALÁBRIA, 2003, p. 170).

A amizade entre JGR e JK remontava aos anos de Faculdade de Medicina em Belo Horizonte e, ao que tudo indica, foi retomada ao se tornarem capitães-médicos na Força Pública do Estado de Minas Gerais, onde atuaram na Revolução de 1932. Em entrevista para esta pesquisa, em julho de 2018, Vilma Guimarães disse ter presenciado, em 1959, JK dizer a Rosa que ele escolhesse “Washington, Londres ou Paris” como próximo posto no exterior, mas o escritor teria pedido para permanecer no Brasil. Um ano antes, Rosa havia sido promovido a embaixador pelo próprio JK.

JK esteve na posse de JGR na Academia Brasileira de Letras (ABL) em 16 de novembro de 1967. Meses antes, na montagem da lista de convidados houve um desconforto com o cerimonial. Se Juscelino fosse convidado, o presidente Castello Branco (1897-1967) fazia questão de não aparecer – ele havia assinado o ato que cassou os direitos políticos do mineiro. As mãos do destino providenciaram uma solução: Castello Branco veio a óbito antes da cerimônia, em julho daquele ano, vítima de acidente de avião.

Se Rosa não era político profissional, no sentido estrito do termo, de manter vínculos com partidos ou disputar mandatos eletivos, frequentava, contudo, as rodas políticas e transitava com facilidade entre generais, jornalistas estrangeiros e outros núcleos de poder, seja na sede do Poder Executivo, seja na cúpula do Itamaraty. Veremos como essa intimidade com alguns protagonistas do golpe militar de 1964, entre políticos de perfil conservador, e generais, além do apoio à ruptura democrática, pode ter lhe valido a imagem de “politicamente reacionário”, mencionada por Bolle (2004).

O GOLPE DE 1964

Podemos perceber na longa troca de cartas com o amigo Pedro Barbosa, comunicação que se estendeu por 31 anos, um Guimarães Rosa atento às questões políticas. Em 1939, Barbosa pede ajuda ao primo, então cônsul-adjunto em Hamburgo, para colaborar com a saída de duas irmãs judias de sobrenome Kopetzky da

Alemanha nazista. Rosa lhe responde, todavia, que não seria possível, porque ambas residiam na Prússia Oriental, e o foro para analisar os pleitos dessa localidade era do Consulado em Berlim. Na carta, Rosa desabafou em relação à elevada pressão política sobre o consulado brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial:

É lamentável que eu não possa, por carta, explicar a você umas tantas coisas, ligadas à questão imigratória, e que constituiriam assunto ultraconfidencial, reservadíssimo, secreto mesmo [...] Imagine entretanto, a nossa situação aqui, atropelados e bloqueados, literalmente, por ondas, multidões, massas de candidatos a visto em passaporte, oriundos de determinadas componentes étnicas da população deste país, que desejam, furiosamente, ver-se longe daqui, em vista de pedidos, rogos, prantos, ameaças o diabo: tenho visto e ouvido coisas absurdas, impossíveis. E nem sempre a gente pode atender; quase nunca. (ROSA, 1939, p. 1).

Em outra carta, Barbosa atualiza Rosa sobre as articulações políticas no Brasil para escolha do candidato da coalizão conservadora para suceder ao presidente Eurico Gaspar Dutra, do PSD. “Agitação bravíssima está verificando é-nos arraiais políticos... Ferveu o caldeirão político” (BARBOSA, 1949).

Rosa manifesta satisfação com a deposição do presidente João Goulart (1919-1976) em outra correspondência com Barbosa, em que também exaltou o então governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto (1909-1996). O escritor comemora a derrota do “dragão perigoso e feroz”, metáfora que atribuímos ao comunismo:

Grande abraço. Viva. E glória a Minas Gerais, à nossa gente, boa, brava e certa, que todos aqui agora festejam, admiram e louvam. E ao nosso grande estadista Magalhães Pinto, ímpar no alto cenário, formidável; mas que nós já sabíamos que era o maior e melhor. Enfim, o dragão perigoso e feroz já está liquidado, podemos ter tranquilidade para trabalhar, produzir, viver. (ROSA, 1964a, p. 1).

Em outra carta, agora ao embaixador Mário Calábria, de 11/4/1964 – portanto, 11 dias após a tomada do poder pelos generais – o escritor também demonstra enlevo com a deposição de Jango, a quem se refere como “louco”. Ele criticou o comício de 13 de março, em que Jango defendeu as polêmicas reformas de base (como a reforma agrária):

Jango estava “dopado” ou mais emburrecido ou louco? Graças a Deus. Porque: *Quos Jupiter perdere vult, dementat prius* [do latim, “Os deuses primeiro enlouquecem aqueles a quem querem destruir”]. Sabia eu que, sólido, São Paulo se achava moral e materialmente armado. E que Minas Gerais, inteira, em todas as suas cidades, cidadéculas, lugarejos e sertões, vibrava tensa, homens e mulheres prontos para brigar, se preciso, até à faca. Tinha informações constantes. Lá, desde meados de março, não se encontrava mais uma simples bala de revólver ou garrucha, nem um bago de chumbo de caça, para comprar. Todo o mundo calado, a postos, arregimentados os fazendeiros. Daí, meu conturbado estado de espírito. (ROSA, 1964b, p. 1).

A eventual implantação do comunismo no Brasil atemorizava a classe média e a elite intelectual (da qual Rosa fazia parte) desde os últimos anos da ditadura Vargas.

Um episódio ocorrido em 1954 ilustra esse receio. Após o rompimento com Vargas, um ano antes, o ex-chanceler João Neves da Fontoura concedeu uma entrevista ao jornal *O Globo* que acirrou a crise política. O pano de fundo era o receio de que Vargas não sustentasse a ordem constitucional e desse um novo golpe para prosseguir no cargo. O ex-ministro sugeriu que Vargas articulava com o presidente argentino Juan Domingo Perón a implantação de uma república sindicalista para se contrapor à hegemonia americana. “Embora não apresentasse provas e apesar dos desmentidos, João Neves falava com a autoridade do cargo que desempenhara”, observou Fausto (2006, p. 186).

Naquela década de 1960, a maior referência política no combate ao comunismo era o jornalista e governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que Guimarães Rosa elogiou na mesma carta ao embaixador Mário Calábria em que celebrou o golpe. Calábria, registre-se, era amigo próximo de Lacerda – na ocasião, circularam rumores de que o diplomata retornaria do exterior para atuar na campanha do político à presidência da República. “A respeito, Você já sabe. (O ‘boato’ de que Você quereria vir para o Rio foi causado por ociosos palpiteiros, que diziam que Você viria trabalhar pela candidatura Carlos Lacerda..)”, escreveu JGR (1964b). Ele ainda elogiou o político: “Mas, agora, ao Lacerda, me pareceu inspirado brilhantemente” (ROSA, 1964b).

Liderança nacional da UDN, Magalhães Pinto governou Minas Gerais de 1961 a 1966, e foi um dos idealizadores do golpe de 1964. O general Olympio Mourão Filho (1900-1972) liderou as tropas militares de Juiz de Fora (MG) até o Rio de Janeiro, na tarde de 31 de março de 1964, para depor Jango, com o conhecimento prévio do governador mineiro. Na sequência, Magalhães Pinto participou diretamente da escolha do general Castello Branco para assumir a presidência da República. Em 1967, foi nomeado ministro das Relações Exteriores pelo presidente Costa e Silva.

Ao que tudo indica, foi Pedro Barbosa quem aproximou Rosa de Magalhães Pinto – Barbosa foi tesoureiro da campanha do político ao governo mineiro. Em 1963, seria ao então governador de Minas Gerais que Rosa recorreria (sempre por intermédio de Barbosa) para a compra do fardão da Academia Brasileira de Letras (ABL). Em carta a Barbosa comemorando a doação do fardão, Rosa se desmanchou em elogios ao político: “Mais viva e abarcadora ainda a minha satisfação, porque, além de nosso particular amigo companheiro, nas áreas afetiva e positiva, admiro-o não menos como autêntica revelação de estadista de cunho e corte, e político lúcido, vigilante, construtivo” (ROSA, 1963, p. 1).

Nessas mesmas cartas, além das questões políticas, aparece sempre entrelaçada a questão financeira. Em nossa pesquisa, encontramos dados que revelam até mesmo uma sociedade financeira entre Rosa, Pedro Barbosa e Magalhães Pinto iniciada nos anos 1950 (Figura 2).

De acordo com nosso levantamento, no *Diário Oficial da União (DOU)* do dia 16 de maio de 1952, as páginas 53 e 54 trazem a escritura de constituição da sociedade anônima Comercial e Imobiliária Santa Cruz S/A, com sede e foro no Rio de Janeiro, podendo explorar “toda e qualquer empresa lucrativa a juízo da diretoria, e especialmente a compra e venda de imóveis” (p. 54). A data da constituição da empresa é 30/II/1951. A página 53 traz a qualificação de Rosa: “João Guimarães Rosa, brasileiro, desquitado, diplomata, domiciliado e residente nesta cidade, à rua Domingos Ferreira n. 92, apto 803, carteira de identidade n. 3.305, do M. das Relações Exteriores”.



Figura 2 – Escritura de criação da sociedade anônima Comercial e Imobiliária Santa Cruz S/A. *Diário Oficial da União*, de 16 de maio de 1952, páginas 53 e 54

O capital da firma começaria com 4 milhões de cruzeiros, que seriam divididos em quatro mil ações de um mil cruzeiros cada. Rosa entrou com Cr\$ 50.000,00, ou 50 ações, passando a figurar no conselho fiscal, com os outros sócios que constam da ata de fundação: Pedro Barbosa (com 900 ações), José Magalhães Pinto (900 ações), Milton Vieira Pinto (900 ações), Ranulpho Mendes de Souza (900 ações), Raimundo Azeredo Santos (200 ações), João Eunápio Borges (120 ações), Custódio Antunes Fonseca (20 ações) e João Luis de Magalhães Lins (10 ações).

O professor Ivan Cavalcante Proença nos revelou em entrevista que JGR era visto como alguém simpático ao regime militar⁷. Ao completar um ano e quatro meses do golpe, Rosa foi agraciado com o título de Comendador de Mérito Militar, em cerimônia no 20 Comando Militar do Sudeste, no Dia do Soldado, em 25 de agosto de 1965.

Vale destacar também a proximidade de Rosa com alguns generais do período, o principal deles, Ernesto Bandeira Coelho, chefe da Primeira Comissão Demarcadora em Belém (PA) e que trabalhava diretamente com o diplomata na Divisão de Fronteiras do Itamaraty. Em quase duas décadas de trabalho comum, pode-se dizer que eles se tornaram próximos e colegas, tendo viajado juntos algumas vezes. Em 1964, Bandeira Coelho presidiu a Comissão de Investigação Sumária (CIS), que integrava oficiais das três Forças Armadas com o objetivo de apurar as denúncias de corrupção e malversação de fundos públicos por parte de líderes do PSD, acusados de suborno, malversação da coisa pública, clientelismo, inclusão de funcionários inexistentes na folha de pagamentos e recebimento de quantias derivadas do jogo do bicho. Segundo

7 Na eclosão do golpe de 1964, o então capitão do Exército Ivan Cavalcante Proença se mostrou contra a deposição de Jango, e foi preso. Expulso do Exército, passou a trabalhar como editor assistente da Editora José Olympio, onde teve a oportunidade de conhecer mais de perto JGR.

Petit e Cuelar (2012, p. 182), as apurações da CIS não se restringiram ao uso indevido de dinheiro público ou corrupção, mas visaram também as atividades políticas.

TRAÇOS PROGRESSISTAS

Demonstramos até aqui as aproximações de Guimarães Rosa com o conservadorismo político. Todavia, o escritor era dotado de uma personalidade e de uma sensibilidade singulares, que nos impedem de defini-lo simplesmente como um conservador, até porque ele exibia traços de pensamentos progressistas. Um exemplo era a sua repulsa aos regimes autoritários, como o nazismo e o comunismo. Tem esse sentido a declaração do escritor Antônio Callado ao repórter da revista Realidade (PEREIRA, 1967): “Politicamente, Rosa é um antitotalitário”.

A experiência de JGR em Hamburgo, vivendo de perto as atrocidades do nazismo, imprimiu no escritor memórias de momentos de horror e, via de consequência, repúdio ao regime alemão. No “Diário de Guerra em Hamburgo”, Rosa registrou passagens de tensão e angústia:

15-III-94I (sábado) – De ontem para hoje não houve alarme. Pude dormir e recuperar os nervos. Até às 12:30, dormi, vestido, no sofá, esperando as sirenes [...]

22-X-94I – [...] judias chorando no Consulado, por terem recebido a ordem de evacuação de Hamburgo, para o dia 24. Horrível. (ROSA, “Diário em Hamburgo”).

Este é o contexto do depoimento que, mais de duas décadas depois, Rosa daria ao poeta Haroldo de Campos ao expressar seu repúdio aos regimes autoritários. Rosa se encontrou com o poeta concretista no 34º Congresso Internacional do Pen Club, em Nova York, em junho de 1966. É de se notar que Campos, igualmente, comenta a imagem de “conservador” que se atribuía a JGR:

Ele [Rosa] começou a dizer uma coisa que me espantou muito, porque as pessoas diziam que o Rosa era conservador, um embaixador do Itamaraty... Ele começou a me falar do fascismo: – “Você não sabe, mas o fascismo é o Demo. Porque eu sei, eu estive lá, e eu sei que é o Demo. Eu tive que lidar com alemães para proteger refugiados judeus... e não dou mais detalhes”. (apud COSTA, 2006, p. 49).

A mesma aversão ao autoritarismo reflete-se no apoio de JGR ao golpe militar de 1964. Essa afirmação soa contraditória, mas o apoio à instauração de uma ditadura militar no Brasil foi a alternativa encontrada pela classe média e pela elite intelectual diante do receio da instauração do comunismo no Brasil. Como vimos acima, um dos políticos admirados por JGR e amigo próximo do embaixador Mário Calábria, Carlos Lacerda, era o porta-voz desse temor. O sistema político em vigor em Cuba e na China era um “espírito totalitário, que em toda parte se infiltra, domina, empolga absorve, envenena, corrói para, finalmente, destruir, nas reservas morais de cada povo, as suas últimas resistências cívicas” (LACERDA apud CHALOUB, 2018, p. 399).

De acordo com Chaloub (2018, p. 399), nesse contexto do alerta de Lacerda, “se

o ideário comunista era uma doença, que tinha inclusive enorme potencial para se alastrar, nada mais natural que a demanda imediata de uma ação médica, que curasse imediatamente esse estado anômalo”. Essa “ação médica” teria sido a ruptura democrática, alçando os militares ao poder e legitimando a concentração de poderes no Executivo. “A retórica organicista, típica do conservadorismo (Mannheim, 1959), se destacava em uma visão de mundo que tinha traços conservadores – como o recurso à ideia de uma civilização cristã”, complementou Chaloub (2018, p. 400).

A flexibilidade de JGR no posicionamento político sobre a ditadura militar reflete-se, entretanto, no socorro ao escritor Franklin de Oliveira (1916-2000), membro do Partido Comunista, que teve os direitos políticos cassados pela ditadura militar, e foi obrigado a se esconder da polícia do regime em 1964. Apesar do repúdio ao comunismo, Rosa e sua esposa, Aracy de Carvalho (1908-2011), se ofereceram para acolher o amigo em casa. Oliveira relatou o episódio à pesquisadora Elizabeth Hazin, que o entrevistou em 1985. Segundo o escritor, Rosa lhe ofereceu ajuda para deixar o país, e para levá-lo ao Paraguai. O fato também foi reportado pelo jornalista e pesquisador da vida de Aracy, René Daniel Decol, que igualmente colheu o depoimento de Franklin:

Em 1964, quando veio o golpe militar, o casal quis abrigar ali Franklin de Oliveira, jornalista e crítico literário que se tornara amigo e estava sendo procurado pelos golpistas. Franklin recusou, pois poderia comprometer o escritor. Só quando viu que não o demoveria de sua decisão foi que Rosa concordou em encaminhá-lo a uma embaixada. Segundo o crítico, Rosa praticava aquilo que os alemães chamam de amizade combatente: atuava a favor do amigo, sem esperar que este lhe pedisse ajuda. E fazia tudo a seu jeito, discretamente, mineiramente. (DECOL, 2007).

Acreditamos que, quando Guimarães Rosa afirma a Haroldo de Campos que “o fascismo é o Demo” e ao oferecer ajuda ao amigo comunista para protegê-lo da polícia da ditadura militar brasileira – embora tenha apoiado o golpe militar –, o escritor está agindo impulsionado pelo juízo ético e pelo senso de justiça. Não podemos desconsiderar o perfil humanista do escritor ao justificar ao crítico Günther Lorenz o socorro aos judeus: “Eu, o homem do sertão, não posso presenciar injustiças” (ROSA, 1965, p. 334).

Guimarães Rosa aproxima-se do conservadorismo seja pela ancestralidade fundada no latifúndio mineiro, seja pelas relações de poder que cultivou como diplomata e escritor célebre, como João Neves da Fontoura, Magalhães Pinto e os generais da ditadura militar. Sempre foi um servidor do Estado, desde quando atuou na juventude como médico concursado do 9º Batalhão Militar, em Barbacena (MG), e a partir de quando ingressou na carreira diplomática. Dessa forma, sempre se inseriu na realidade do Estado-Maior administrativo, que representa externamente a organização de dominação política, que se reflete no conservadorismo. “Profundamente ambíguo e demoníaco, o poder político é, para o Conservadorismo, o cimento da sociedade que, seja qual for a sua estrutura, sem ele, cairia na anarquia”, definem Bobbio, Matteucci, Pasquino (1998, p. 245).

Simultaneamente, identificamos o senso de justiça do escritor com os ideais

progressistas que se construíram no decorrer do século XIX, que valorizam o ser humano, e ampliam o poder de decisão política do Estado aos indivíduos. A aproximação de Guimarães Rosa do conservadorismo político, mas com inflexões progressistas, dialoga com a percepção dos pensadores italianos de que a dicotomia conservadorismo-progressismo estaria em crise porque ambas as teorias seriam confluentes, identificando-se com o modelo de organização da sociedade contemporânea: “A ciência foi se impondo cada vez mais, por si mesma, provocando a crise dos valores políticos do conservadorismo e do progressismo, e a convergência de ambos no terreno comum do desenvolvimento econômico-social” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 246).

POLÍTICA NA ACADEMIA

No intrincado conjunto de relações de Guimarães Rosa, vale acrescentar um breve registro exploratório da política praticada na Academia Brasileira de Letras (ABL). Aspirar a uma cadeira na instituição ou disputar uma eleição para a academia implicava cumprir ritos, traçar estratégias e possuir uma eficiente rede de contatos, em processo similar ao da política profissional. Daremos destaque a seguir para duas das três disputas empreendidas pelo mineiro na Academia, as de 1958 e 1963. Na primeira candidatura, em 1956, ele retirou a inscrição antes mesmo de iniciar as visitas de cortesia. Examinaremos a ação política do escritor entre a eleição de 1963 e a posse em 1967.

Qualquer aspirante à ABL deve, em primeiro lugar, fazer a política da Academia. Assim também foi com Guimarães Rosa. Por volta dos anos de 1950 e 1960, dois grupos dominavam o ambiente político da ABL. De um lado, a ala liderada por Austregésilo de Athayde (1898-1993), de outro, o grupo de João Neves da Fontoura. Nos registros dos diários do acadêmico Josué Montello (1917-2006) fica claro que, na eleição de 1958, Rosa era visto como o candidato de Neves da Fontoura, enquanto Afonso Arinos de Melo Franco era o candidato de Athayde.

Sabemos pelas muitas cartas trocadas entre Rosa e Montello, e pelos registros no diário deste, das visitas que Rosa fez aos acadêmicos em busca de apoio à sua candidatura. Nessa carta de 1958, Rosa pede conselhos e “alma” ao amigo Montello: “Ai meu Deus! chegou o dia, Josué, candidato-me. Triste, sinceramente, pesaroso, pela perda do nosso saudoso e grande José Lins, muito [...]. A primeira coisa que estou fazendo é escrever a você. Josué, mande-me palavras, conselhos, mande-me alma” (MONTELLO, 1998, p. 509).

A política das visitas, contudo, não foi suficiente, uma vez que Arinos derrotou Rosa por 27 votos a 10, no dia 23 de janeiro de 1958, tornando-se o quinto ocupante da Cadeira 25. Rosa, por sua vez, declarou em carta ao amigo Paulo Dantas, de 3 de fevereiro de 1958, que não estava aborrecido com a derrota: “O resultado, Você viu, foi o que foi: deu em água de barrela. Do ‘estouro’, salvei dez garrotes – isto é, os 10 votos bons, que deram para salvar a face. Não me aborreci, nada (você viu e sabia qual era o meu anterior estado de espírito). Sinto é uma caudalosa alegria, uma viva batida de libertação” (ROSA in DANTAS, 1975, p. 84).

Em 1963, ao vencer a eleição, Rosa escolheria justamente Arinos para fazer o discurso de recepção e apresentá-lo formalmente à academia. Ele comentou o fato em carta a Barbosa: “O acadêmico que me vai receber é o Afonso Arinos. (Escolhi-o.) Você não acha mineiramente uma bonita lembrança?” (ROSA, 1963, p. 2). Em todas as disputas para a ABL, sempre foi desejo de JGR ser candidato único. Conforme registro de jornais da época, o diplomata “não desejava disputar a vaga, e sim ser apresentado como candidato de todos os partidos, sem luta” (*Última Hora*, 27 de março de 1956, p. 3). Em 1963, Rosa imaginava mesmo que seria o único a disputar o pleito, tal era o consenso político em torno de seu nome após a derrota inesperada na eleição de 1958. Mas haveria outro candidato, o potiguar José Bezerra Gomes (1911-1982), que se inscreveu na última hora. Rosa obteve 34 dos 36 votos válidos, sendo dois em branco. O escritor potiguar não foi votado.

Em um registro que Aracy conservou consigo, que consta de seu arquivo pessoal no IEB/USP, ficou assinalado em cores (verde, vermelho e azul) o modo de votação de cada um dos acadêmicos. Verde para os que foram até a ABL votar; azul para os que não compareceram, mas enviaram os votos por outros meios; e vermelho para os que entregaram o voto diretamente a JGR. Os acadêmicos que depositaram seus votos nas mãos de Rosa foram: Candido Motta Filho (1897-1977), Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963), Cassiano Ricardo (1895-1974), Menotti Del Picchia (1892-1988), Osvaldo Orico (1900-1981), Rodrigo Octavio Filho (1892-1969) e Vianna Moog (1906-1988). O voto do embaixador Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963) foi especialmente simbólico porque, aos 91 anos, era o último fundador vivo da ABL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação buscou avançar na coleta de dados e na amostragem dos laços estreitos de João Guimarães Rosa com a política, reunindo evidências de que o escritor era descendente de uma família fundada no latifúndio mineiro, politicamente conservadora. Ele foi educado em internatos dedicados à educação dos rapazes pertencentes à elite agrária do Estado, em geral, filhos de fazendeiros e de profissionais liberais, como o Colégio Santo Antônio, em São João Del Rei (MG), e o Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte (MG).

Em síntese, os tópicos aqui trabalhados tentaram mostrar as muitas relações de Guimarães Rosa com personalidades e o ambiente político de sua época. Há espaço, ainda, para aprofundar a pesquisa no campo da proximidade da família Guimarães com o Partido Republicano Mineiro; no empenho do escritor na campanha presidencial do general Eurico Gaspar Dutra, em 1945; no elogioso prefácio que escreveu para o livro *Simplex passaporte*, do deputado federal e ex-prefeito de Sete Lagoas José Antônio de Vasconcelos Costa (1916-2008); no apoio ao golpe militar de 1964; no fervor e empenho político para eleger-se à Academia; nos laços estreitos com JK, que o promoveram a embaixador em 1958, sem que ele nunca tivesse chefiado uma embaixada; nas relações internas no Itamaraty, que o levaram por duas vezes à chefia de gabinete do ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura;

no ofício do mesmo Itamaraty o indicando para a láurea de Comendador de Mérito Militar, entre outros fatos.

Nossa pesquisa confirma, portanto, a hipótese lançada por Willi Bolle sobre o posicionamento do escritor como “politicamente reacionário”, e as aferições de Rosenfield e Haroldo de Campos sobre a imagem de “conservador” a ele comumente imputada. Mas contemporiza esse posicionamento com o juízo ético e o senso de justiça do autor, que o identificam com ideais progressistas.

Nossa aferição aproxima Guimarães Rosa do conservadorismo político, mas não do reacionarismo. JGR é o conservador que resiste a mudanças no *status quo* social. “Tal qual os homens de disposição conservadora, o conservadorismo político também transportará para a esfera da governança esse gosto pelo próximo, pelo suficiente, pelo conveniente – recusando a ‘felicidade utópica’ que é típica da atitude revolucionária” (COUTINHO, 2014, p. 24). Mas não se identifica com o reacionário, espécie de “caricatura habitual” do conservador (QUINTON apud COUTINHO, 2014, p. 24), que flerta com o retrocesso, e aspira à volta do passado.

SOBRE OS AUTORES

GUSTAVO DE CASTRO é jornalista, doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), coordenador dos grupos Biocom – Biografia, poesia e comunicação e Siruiz – Comunicação e Produção Literária (UnB/CNPq) e pesquisador do Museu Casa Guimarães Rosa (Cordisburgo/MG).

gustavocastroesilva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7126-6947>

ANDREA JUBÉ é jornalista, doutoranda na linha Imagem, Estética e Cultura Contemporânea na Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB).

andreajubevianna@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0987-2502>

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Antônio Fernando de. *Paragens de Rosa: uma trajetória singular*. Belo Horizonte: Edições do Autor, 2020.

BARBOSA, P. M. (1949). [Correspondência]. Destinatário: João Guimarães Rosa. Rio de Janeiro, (s/d) junho. Carta pessoal. Arquivo Público Mineiro.

- BOLLE, Willi. *grandesertão.br* – O romance de formação do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2004.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola PASQUINO Gianfranco. *Dicionário de política*. Volume I. II. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.
- CALÁBRIA, Mário. *Memórias: de Corumbá a Berlim*. São Paulo: Record, 2003.
- CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA – João Guimarães Rosa, n. 20 e 21. São Paulo: Instituto Moreira Salles, dez. 2006.
- CHALOUB, Jorge. O liberalismo de Carlos Lacerda. *Dados* – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, outubro-dezembro de 2018, p. 385-428.
- COSTA, Ana Luiza Martins. Veredas de Viator. *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 20 e 21, Instituto Moreira Salles, dez. 2006, p. 10-58.
- COUTINHO, João Pereira. *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2014.
- CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC). Acervo/Arquivo. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- DANTAS, Paulo. *Sagarana emotiva*: cartas de J. Guimarães Rosa. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- DECOL, René Daniel. A segunda vida de Guimarães Rosa. *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição 4, 8/11/2007. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-segunda-vida-de-guimaraes-rosa>. Acesso em: 4 jan. 2022.
- FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Perfis Brasileiros).
- GUIMARÃES, Ruth. Nove paulistas julgam um mineiro. [Conversa com Guimarães Rosa]. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 234, 13 de outubro de 1956. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/15951>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- HAZIN, Elizabeth de Andrade Lima. *No nada, o infinito (da gênese do Grande sertão: veredas)*. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1991.
- KOIFMAN, Fabio; AFONSO, Rui. Os vistos concedidos no consulado do Brasil em Hamburgo: 1938-1939. In: MILGRAM, Avraham; KOIFMAN, Fabio; FALBEL, Anat (Org.). *Judeus no Brasil*: história e historiografia. Ensaio em homenagem a Nachman Falbel. Rio de Janeiro: Garamond, 2021, p. 124-156.
- MONTELLO, Josué. *Diário completo*. V. I. Diário da Manhã, Diário da Tarde, Diário do Entardecer. Edição organizada pelo autor. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.
- PANTOJA, Silvia. José Francisco Bias Fortes. Verbete. CPDOC/FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-francisco-bias-fortes>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- PARTIDO Republicano Mineiro da floresta. *Minas Geraes*. Órgão oficial do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 26 e 27/12/1929, p. 15. Acervo da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.
- PEREIRA, Otoniel Santos. Guimarães Rosa segundo terceiros. *Realidade*, julho de 1967, p. 58-63. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/213659/2269>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- PETIT, Pere; CUÉLLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, jan./jun. 2012, p. 169-189. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862012000100011>.
- PROENÇA, Ivan Cavalcante. [Entrevista concedida ao autor para esta pesquisa em sua residência]. Rio de Janeiro, 8 jul. 2018.
- RONCARI, Luiz. *Lutas e auroras: os avessos do Grande sertão: veredas*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. Livro eletrônico.
- ROSA, João Guimarães. *24 cartas de João Guimarães Rosa a Antonio Azeredo da Silveira*. Organização: Flávio

- Azeredo da Silveira. S. l.: Éditions FADs, s. d. Disponível em: www.editionsfads.ch/pdf/layout_24_cartas.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.
- ROSA, João Guimarães. *Correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- ROSA, João Guimarães. [Correspondência]. Destinatário: Pedro Barbosa. Hamburgo, 20 de maio de 1939. Carta pessoal. Arquivo Público Mineiro.
- ROSA, João Guimarães. Eu já nasci com um cadeado na boca. [Carta a Álvaro Lins]. Paris, 19 de fevereiro de 1950. In: AUGUSTO, Sérgio. Um peso pesado da crítica literária. *Folha de S. Paulo*, caderno Mais!, 4 jun. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/04/mais/11.html>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- ROSA, João Guimarães. [Correspondência]. Destinatário: Pedro Barbosa. Paris, 20 de outubro de 1950. Carta pessoal. Arquivo Público Mineiro.
- ROSA, João Guimarães. [Correspondência]. Destinatário: Pedro Barbosa. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1963. Carta pessoal. Arquivo Público Mineiro.
- ROSA, João Guimarães. [Correspondência]. Destinatário: Pedro Barbosa. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1964. Carta pessoal. Arquivo Público Mineiro.
- ROSA, João Guimarães. [Correspondência]. Destinatário: Mário Calábria. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1964. Carta pessoal. Acervo João Guimarães Rosa. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), código de referência JGR-CP-02,32.
- ROSA, João Guimarães. (1965). [Entrevista concedida a] Günter Lorenz. In: LORENZ, Günter W. *Diálogo com a América Latina: panorama de uma literatura do futuro*. Trad. de Rosemary Costhek Abílio e Fredy de Souza Rodrigues. São Paulo: EPU, 1973, p. 315-355.
- ROSA, João Guimarães. Diário em Hamburgo. Fotocópia no Acervo Henriqueta Lisboa do Acervo de Escritores Mineiros, Belo Horizonte.
- ROSA, Vilma Guimarães. *Relembraimentos: João Guimarães Rosa, meu pai*. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- ROSA, Vilma Guimarães. [Entrevista concedida ao autor para esta pesquisa em sua residência]. Rio de Janeiro, 7 jul. 2018.
- ROSENFELD, Kathrin H. *Desenveredando Rosa: a obra de J. G. Rosa e outros ensaios rosianos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- SILVA, Alberto da Costa e. [Entrevista concedida ao autor para esta pesquisa em sua residência]. Rio de Janeiro, 8 jul. 2018.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Lembranças do Brasil: teoria, política, história e ficção em Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- ÚLTIMA Hora. Rio de Janeiro, 27 de março de 1956.